

8º SIMULADO

TJ RJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

8º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/simulado-TJ-RJ-Técnico-26-04>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I

A pandemia da Covid-19 chegou ao Brasil proporcionando diversos desafios nos planos econômico, social, político e jurídico. Especificamente no campo jurídico, houve, de imediato, especial preocupação das autoridades públicas com a questão penitenciária, naturalmente porque os estabelecimentos prisionais são sensíveis às exigências das autoridades sanitárias no enfrentamento do coronavírus, bem como em razão da vulnerabilidade das pessoas custodiadas.

Vale lembrar que o país vive uma crise quanto ao sistema prisional, tanto que o Supremo Tribunal Federal reconheceu, por meio da concessão de medida cautelar, o Estado de Coisas Inconstitucional no âmbito da famigerada ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) 347/DF, diante da reconhecida incapacidade de o Estado controlar a superlotação carcerária decorrente de falhas estruturais e falência de políticas públicas, redundando em violação massiva de direitos fundamentais.

Vislumbra-se, inclusive, que a população carcerária se encontra próxima do patamar de 773 mil presos (déficit de quase 70% de vagas), o que, conseqüentemente, gera preocupação das autoridades públicas diante da dificuldade em se respeitar, naqueles ambientes, diversas obrigações criadas por meio da Lei 13.979/2020, que, acertadamente, inseriu medidas e cuidados para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

O hiperencarceramento impulsiona outros problemas igualmente conhecidos, tais como ambiente insalubre e umidade nas celas, tornando terreno fértil para a propagação de várias doenças (por exemplo: tuberculose, hanseníase, problemas respiratórios, etc.) e, no contexto atual, a principal preocupação está retratada na Covid-19. Diante desse quadro de graves problemas estruturais nos presídios nacionais, a potencial disseminação do coronavírus é obviamente superior ao ambiente externo. A título de exemplo, como forma de traduzir o dado abstrato em números, a cidade de Nova Iorque, atualmente um dos maiores focos da doença do mundo, atenta à fácil propagação do vírus dentro do sistema carcerário (7,7% da população carcerária acometida, enquanto extramuros a fração corresponde a 1,2% na cidade), reduziu em 20% sua população carcerária. Em outras palavras, diante do alarmante cenário que se vislumbra no país, necessitava-se de um

plano de ação que evitasse a Covid-19 no sistema prisional, ou, ao menos, que reduzisse os danos de sua incidência. [...]

Medidas deverão ser adotadas pelos juízes para mitigar os danos eventualmente causados pelo coronavírus no seio do sistema penitenciário, sob pena, inclusive, de eventual responsabilidade do Brasil em função do desrespeito ao sistema interamericano de proteção aos direitos humanos.

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. De acordo com o texto,

- a) a pandemia de coronavírus causou preocupante superlotação no sistema prisional brasileiro.
- b) o déficit de vagas no sistema prisional agravou os números da pandemia de coronavírus no Brasil.
- c) o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu em decisão que o Estado está sendo incapaz de controlar a superlotação carcerária e de tal fato acarreta violação de direitos fundamentais.
- d) a população carcerária deve ser vacinada, de forma a se conter eventual propagação do coronavírus.
- e) cabe aos juízes viabilizar a liberação da população carcerária, de modo a preservar os direitos humanos.

02. Infere-se do texto que

- a) as pessoas custodiadas são igualmente susceptíveis a contaminação, razão por que as autoridades reconhecem a sensibilidade do tema.
- b) embora as autoridades tenham atentado à vulnerabilidade da população carcerária, não houve edição de ato legal específico quanto à questão.
- c) o estado de superlotação do sistema prisional prejudica a aplicação de medidas de enfrentamento da pandemia.
- d) a população carcerária de Nova Iorque foi a mais afetada no mundo pela pandemia do coronavírus.
- e) os juízes do estado de Nova Iorque absolveram 20% de sua população carcerária, como forma de mitigar a propagação da pandemia.

03. O vocábulo “famigerada” (2º parágrafo) foi empregado com sentido de

- a) beligerante
- b) iminente
- c) afamada
- d) pejorativa
- e) ilegal

04. No segmento “que, acertadamente, inseriu medidas e cuidados para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus” (3º parágrafo), a partícula “que” poderia ser, sem prejuízo gramatical, substituída por

- a) o qual
- b) a quem
- c) a que
- d) a qual
- e) cuja

05. Em relação às estruturas e sentidos do primeiro parágrafo, manteria a correção gramatical e os sentidos originais a substituição de

- a) “ao” por “no”
- b) “proporcionando” por “e proporcionou”
- c) “diversos desafios” por “desafios diversos”
- d) “houve” por “ocorreram”
- e) “exigências” por “requisitos”

06. No segmento “necessitava-se de um plano de ação que evitasse a Covid-19 no sistema prisional, ou, ao menos, que reduzisse os danos de sua incidência” (4º parágrafo), a partícula “se” indica

- a) apassivação
- b) reciprocidade
- c) reflexividade
- d) expletividade
- e) indeterminação

TEXTO II

Lastro, em Economia, é a garantia implícita de um ativo. O conceito de lastro é utilizado para determinar o valor real das moedas, no sentido de que o lastro é equivalente às riquezas de um país, cuja moeda pretende representar.

Um país só poderá imprimir mais moeda (dinheiro) se houver um lastro, ou seja, a produção de riquezas equivalente ao dinheiro impresso. Caso o governo produza uma certa quantidade de moeda sem uma garantia de que terá o retorno, a moeda acabará perdendo o valor, a impressão de dinheiro acaba não tendo efeito nenhum e conseqüentemente o surgimento de um cenário de hiperinflação. Bolhas de crédito são geradas na impressão de dinheiro

sem lastro, causando graves distorções no mercado e nos preços. Quanto mais a atividade produtiva decai, menos efetivo é o recurso da impressão de moeda. A maioria dos países experimentou inflação quando imprimiu mais moeda do que a riqueza real da economia podia sustentar.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lastro_\(economia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lastro_(economia))

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto II, julgue os itens a seguir.

07. Depreende-se do texto que

- a) a impressão de dinheiro é uma forma de aumentar as riquezas de uma economia.
- b) moeda, dinheiro e riquezas são sinônimos na lógica apresentada no texto.
- c) imprimir dinheiro sem a produção de riquezas equivalente geram bolhas de crédito.
- d) a ausência de lastro gera hipervalorização artificial das moedas impressas.
- e) as riquezas reais de um país não podem ser representadas por dinheiro impresso.

08. A correção gramatical e o sentido original do texto II seriam preservados caso

- I- a vírgula após “economia” (1º parágrafo) fosse suprimida.
- II- o vocábulo “Caso” (2º parágrafo) fosse substituído por “Se”.
- III- se flexionassem as formas “experimentou” (2º parágrafo) e “imprimiu” (2º parágrafo) no plural.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas o item II está certo.
- d) Apenas o item III está certo.
- e) Todos os itens estão certos.

09. O acento grave indicativo de crase em “às riquezas de um país” (1º parágrafo) se justifica pela fusão

- a) de preposição exigida por um verbo com um artigo definido feminino singular
- b) de preposição exigida por um adjetivo com um artigo indefinido feminino plural
- c) de preposição exigida por um verbo com um artigo indefinido feminino singular
- d) de preposição exigida por um verbo com um artigo definido masculino plural
- e) de preposição exigida por um adjetivo com um artigo definido feminino plural

10. No texto II, o trecho “Quanto mais a atividade produtiva decai, menos efetivo é o recurso da impressão de moeda.” (2º parágrafo) expressa uma relação de

- a) comparação.
- b) oposição.
- c) proporcionalidade.
- d) conformidade.
- e) alternância

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Com base na LODERJ, marque a alternativa correta:

- a) O Tribunal de Justiça manterá a Justiça Itinerante, incumbida de prestações jurisdicionais a serem definidas por Resolução do Tribunal de Justiça.
- b) Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o Juiz far-se-á presente no local do litígio.
- c) A carreira da magistratura, em segunda instância, é composta por Juízes Substitutos, Juízes de Entrância Comum e Juízes de Entrância Especial.
- d) Os Juízes Substitutos terão exercício pleno nas Regiões Judiciárias, inclusive a Comarca da Capital.
- e) O Presidente do Tribunal de Justiça poderá convocar, a qualquer tempo, em face de imperiosa necessidade do serviço, Juízes de Direito Titulares de Entrância Especial, integrantes da primeira terça parte da antiguidade, para compor as Câmaras.

12. Quanto à divisão territorial, segundo a LODERJ, é incorreto afirmar que:

- a) O território do Estado, para efeito da administração do Poder Judiciário, divide-se em Regiões Judiciárias, Comarcas, Distritos, Subdistritos, Circunscrições e Zonas Judiciárias.
- b) Cada Comarca compreenderá um ou mais Municípios, desde que contíguos.
- c) As Regiões Judiciárias serão integradas por grupos de Comarcas ou Varas, conforme resolução do Tribunal de Justiça.
- d) Ato Normativo Conjunto do Presidente do Tribunal de Justiça e do Corregedor-Geral da Justiça disciplinará a utilização de meio eletrônico para os atos de comunicação processual, substituindo, sempre que possível, o emprego de meio impresso.
- e) A competência dos Juízos das Varas Regionais, fixada pelo critério funcional-territorial, tem natureza parcial.

13. Nos termos da Lei n.º 4.620/2005, a promoção ou progressão funcional, ocorrerá em:

- a) 02 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja maior que 12.900 servidores e menor que 13.150 servidores; 04 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja igual ou maior a 13.150 servidores.
- b) 03 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja maior que 12.900 servidores e menor que 13.150 servidores; 05 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja igual ou maior a 13.150 servidores.
- c) 03 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja maior que 12.900 servidores e menor que 13.150 servidores; 04 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja igual ou maior a 13.150 servidores.
- d) 03 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja maior que 12.000 servidores e menor que 13.150 servidores; 04 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja igual ou maior a 13.150 servidores.
- e) 03 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja maior que 12.900 servidores e menor que 13.150 servidores; 06 anos, caso o total de servidores efetivos ativos seja igual ou maior a 13.150 servidores.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Herbert Almeida

14. No que diz respeito às penalidades disciplinares, é correto afirmar, nos termos do Decreto-Lei n.º 220/1975:

- a) a falta de suspensão prescreve em dois anos.
- b) a falta sujeita à demissão prescreve em três anos.
- c) aplica-se a prescrição prevista na esfera administrativa, independentemente da previsão da lei penal.
- d) a aplicação da pena de destituição de função caberá apenas ao Governador do Estado.
- e) o ato de demissão deve ser praticado independentemente de mencionar a causa da penalidade.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. De acordo como Regimento Interno, assinale a alternativa que corresponde a uma competência do Tribunal Pleno.

- a) Eleger o Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os 03 Vice-Presidentes
- b) Eleger dois Desembargadores e um Juiz de Direito para integrarem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e seus respectivos suplentes
- c) Escolher os candidatos ao quinto constitucional do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia que integrarão a lista tríplice
- d) Elaborar lista sêxtupla de advogados para nomeação pelo Presidente da República para comporem o Tribunal Regional Eleitoral.
- e) Das posse aos Desembargadores.

16. De acordo com o Regimento Interno, cabe ao Órgão Especial julgar e processar originariamente

- a) os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e os Incidentes de Assunção de Competência.
- b) os agravos contra decisões do Presidente que, em mandado de segurança, ordenarem a suspensão da execução de medida liminar ou de sentença que o houver concedido.
- c) os recursos contra decisões proferidas nos feitos de sua competência pelo Presidente, por Vice-Presidentes ou pelo relator.
- d) os recursos contra decisões que indeferirem pedido de inscrição no concurso para ingresso na Magistratura de carreira.
- e) os recursos contra decisões do Conselho da Magistratura nas hipóteses de que conheça originariamente.

17. Segundo o Regimento Interno, a declaração de inconstitucionalidade dar-se-á

- a) pelo voto da maioria absoluta dos membros do Órgão Especial.
- b) pelo voto de dois terços absoluta dos membros do Órgão Especial.
- c) pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal Pleno.
- d) pelo voto de dois terços absoluta dos membros do Tribunal Pleno
- e) pelo voto de dois terços absoluta dos membros da Seção Cível.

18. Segundo o Regimento Interno, não é competência do Órgão Especial

- a) propor ao legislativo a alteração da organização e da divisão judiciária;
- b) a alteração do número de membros do Tribunal de Justiça.
- c) a criação ou a extinção de cargos.
- d) a fixação dos respectivos vencimentos.
- e) a criação de distritos administrativos

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. A Lei nº 13.146/2015 apresenta diversos conceitos importantes para a sua correta interpretação e aplicação. Com base no disposto no Estatuto, assinale a alternativa correta:

- a) São consideradas barreiras urbanísticas as existentes nos edifícios públicos e privados.
- b) As barreiras arquitetônicas são aquelas existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- c) Consideram-se residências inclusivas aquelas com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência.
- d) As barreiras nas comunicações e na informação são qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a

expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

- e) As moradias para a vida independente são unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades da pessoa acolhida, destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

20. Acerca de ética, princípios e valores no serviço público, analise as afirmativas abaixo.

- I. O princípio é um fundamento ético.
- II. O valor é uma escolha moral.
- III. Os princípios são por nós assimilados ao longo de nossa vida, seja por nossas vivências, seja pelos ensinamentos que recebemos. São objetos de escolha moral, a qual torna algo preferível ou estimável.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. O exercício do poder de polícia:

- a) admite a cobrança de tarifa.
- b) admite a cobrança de imposto.
- c) admite a cobrança de taxa.
- d) confunde-se com a prestação de serviço público.
- e) não se sujeita a prazo prescricional.

22. A respeito das autarquias, assinale a alternativa correta:

- a) são empresas públicas constituídas para a prestação de serviços públicos.
- b) são entidades com criação autorizada em lei, para desempenho de atividades típicas do Estado.
- c) são estruturas jurídicas criadas em razão do princípio da especialidade, por meio das quais o poder público desempenha atividades desconcentradamente.
- d) são entidades que possuem autonomia própria, criadas por lei para desempenhar funções despidas de caráter econômico.
- e) permitem ao poder público desempenhar atividades administrativas por meio de pessoas jurídicas distintas do poder central, com natureza privatística, possuindo patrimônio próprio.

23. Quanto à aplicação de sanções, pelo poder público, em razão da inexecução total ou parcial dos contratos administrativos, assinale a alternativa que está de acordo com as regras da Lei 8.666/1993:

- a) é possível a aplicação cumulativa das sanções de advertência e suspensão temporária para licitar, em razão do mesmo fato.
- b) é possível a aplicação cumulativa das sanções de multa e suspensão temporária para licitar, em razão do mesmo fato.
- c) é possível a aplicação cumulativa das sanções de advertência e declaração de inidoneidade, em razão do mesmo fato.
- d) a aplicação da sanção de advertência, diferentemente das demais, não requer a concessão de contraditório e ampla defesa.
- e) a suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração não deve ter prazo inferior a 2 anos.

24. No exercício de suas competências legais, um dirigente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro publicou portaria, concedendo licença maternidade a servidora que adotou uma criança.

Tomando por base o ato administrativo praticado, assinale a alternativa **correta**:

- a) o sujeito do ato é a servidora em gozo da licença.
- b) o objeto do ato consiste na portaria publicada.
- c) o ato praticado possui natureza constitutiva.
- d) o ato possui natureza discricionária.
- e) a finalidade do ato repousa na adoção realizada pela servidora.

25. Assinale a alternativa que não menciona característica essencial das agências reguladoras:

- a) são entes que possuem natureza de autarquia.
- b) foram criadas em meio à reforma gerencial da Administração Pública, constituindo-se nova modalidade de entidade descentralizada.
- c) seus dirigentes possuem mandato fixo.
- d) foram criadas para exercer a regulação de determinados setores econômicos e da prestação de serviços transferidos à iniciativa privada, guardando maior autonomia técnico-decisória do que as autarquias administrativas.
- e) foram agraciadas com maior autonomia gerencial, orçamentária e financeira que as autarquias administrativas.

26. Tomando por base a principal classificação de agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) o Governador do Estado do Rio de Janeiro é agente político, diferentemente dos Secretários de Estado.
- b) empregado público concursado da RioTrilhos, sociedade de economia mista estadual, é agente temporário.
- c) leiloeiro oficial é considerado agente honorífico.
- d) membro de Conselho Tutelar é considerado agente honorífico.
- e) aquele que pratica atos em situações excepcionais, em colaboração com o poder público, é considerado usurpador de função pública.

27. Determinado órgão público estadual, após realizar um certame licitatório, identificou que havia sido adotada modalidade licitatória indevida. Nesta situação, de acordo com o disposto na Lei 8.666/1993,

- a) a autoridade competente deverá promover sua anulação, desde que exista provocação de terceiro.
- b) a autoridade competente deverá promover sua revogação, de ofício ou mediante provocação de terceiro.
- c) a autoridade competente deverá promover sua anulação, de ofício ou mediante provocação de terceiro, desde que o faça antes da celebração do contrato.
- d) a autoridade competente deverá promover sua anulação, desde que exista fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- e) a Administração, caso desfaça o processo licitatório, deverá assegurar o contraditório e a ampla defesa.

28. Ao final do mês de abril, determinado magistrado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro proferiu sentença judicial, apreciando o mérito de uma ação criminal que tramitava na vara da qual era titular. Na sequência, o magistrado determinou, por meio de ato administrativo, a remoção de juiz substituto vinculado à mesma vara.

Quanto aos dois atos praticados pelo magistrado, assinale a alternativa **correta**:

- a) ambos podem ser objeto de controle administrativo interno.
- b) apenas o primeiro ato pode ser objeto de controle administrativo interno.
- c) ambos os atos podem ser objeto de controle jurisdicional pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- d) o segundo ato pode ser objeto de controle pelo CNJ, que é órgão de controle interno.
- e) o primeiro ato pode ser objeto de controle administrativo e jurisdicional pelo CNJ, enquanto órgão de controle externo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

29. Em virtude de ter cometido crime de responsabilidade, Jureide, governadora do Estado X, foi processada e julgada por um Tribunal Especial misto, instituído especificamente para tal finalidade. Já Jurenir foi submetido à jurisdição de Tribunal Penal Internacional por ter praticado o crime de genocídio, conforme previsão contida no Estatuto de Roma, do qual o Brasil é signatário. Considerando o que determina a Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- a) Ambos os julgamentos deverão ser anulados, já que a CF/88 veda a instituição de tribunal de exceção de qualquer espécie, em respeito ao princípio do juiz natural.
- b) Jurenir não poderá ser julgado pelo Tribunal Penal Internacional, a menos que o referido estatuto tenha sido incorporado ao ordenamento jurídico interno conforme o rito previsto para as emendas constitucionais.
- c) O julgamento de Jureide não precisará ser invalidado, desde que a Constituição do Estado preveja expressamente a possibilidade de julgamento pelo Tribunal Especial em questão.
- d) O julgamento de Jureide é inconstitucional, já que ela possui prerrogativa de foro perante o STJ, ao passo que Jurenir deveria ter sido julgado pela justiça federal, à qual cabe julgar crimes envolvendo direitos humanos.
- e) A instituição do Tribunal Especial para o julgamento da governadora encontra respaldo na legislação ordinária federal e na CF/88, assim como o processamento de Jurenir, realizado pelo TPI.

30. Em determinada ocasião, um conjunto de ativistas decide se reunir espontaneamente em uma grande avenida para protestar contra projeto de lei voltado à promoção do desarmamento da população. Logo após o início da passeata, um grupo de estudantes, a favor da proposta legislativa, comparece ao mesmo local, alegando que a Administração Pública já estaria ciente da realização do ato. A autoridade policial, então, dirige-se ao ponto de encontro e, ao constatar a ausência de autorização para a realização da reunião pelo primeiro grupo e o prévio aviso feito

pelo grupo de estudantes, decide isolar a área onde seria feita a manifestação organizada pelos estudantes. Com base nas disposições constitucionais relativas aos direitos fundamentais, aponte a alternativa verdadeira:

- a) O grupo de ativistas poderia impetrar habeas corpus contra a ilegalidade cometida pela autoridade policial, já que não se pode restringir o direito de reunião por meio da exigência de aviso ou autorização para sua realização.
- b) A autoridade policial, em homenagem às liberdades individuais, especialmente à de expressão, não poderia intervir na situação, exceto para manter a ordem e a segurança das pessoas, em caso de confronto.
- c) Ambas as reuniões deveriam ter sido imediatamente dissolvidas, em razão da ilegalidade de seu objeto, cuja temática armamentista é expressamente vedada pela Constituição.
- d) Agiu mal a autoridade policial ao privilegiar a realização da manifestação organizada pelos estudantes, cujo ato de ciência à Administração não tem o condão de impedir a realização da reunião dos ativistas que já se encontravam no local.
- e) Embora não fosse necessário obter autorização para a realização da manifestação, o primeiro grupo não poderia frustrar a reunião anteriormente marcada pelos estudantes.

31. Na Assembleia Legislativa do Paraná, tramita projeto de lei complementar criando região metropolitana que engloba Curitiba e outros municípios vizinhos. O objetivo é aumentar a eficiência na prestação de serviços públicos de interesse supramunicipal. O referido projeto de lei complementar prevê a criação de autarquia estadual responsável pela gestão da região metropolitana.

Sobre a situação apresentada, assinale a alternativa **correta**:

- a) A criação da região metropolitana depende da edição de lei complementar federal, não sendo competência da Assembleia Legislativa do Paraná.
- b) A criação da região metropolitana deverá ser precedida de plebiscito, por meio do qual é

realizada consulta prévia às populações diretamente interessadas.

- c) A participação dos municípios em região metropolitana não é compulsória, em respeito à autonomia municipal.
- d) No caso em tela, a criação de autarquia estadual é inconstitucional, uma vez que o poder decisório deverá ser compartilhado entre o Estado e Municípios em uma região metropolitana.
- e) A criação de região metropolitana deverá ser feita por lei ordinária estadual.

32. Marcolino, brasileiro naturalizado originário da Inglaterra, praticou atividade nociva ao interesse nacional e, por essa razão, teve sua naturalização cancelada por ato do Ministro da Justiça. Indignado, Marcolino resolve impetrar mandado de segurança diretamente no Superior Tribunal de Justiça, o qual acabou sendo denegado. Ainda inconformado, dirigiu-se ao STF, a fim de contestar a decisão por meio de recurso ordinário, o qual, segundo a Constituição Federal:

- a) Deverá ser acolhido, caso tenha sido alegada a incompetência do Ministro da Justiça para o cancelamento da naturalização de Marcolino, o que somente poderia ter sido feito por decisão transitada em julgado da justiça federal.
- b) Poderá ser rejeitado, tendo em vista que o ato de concessão de naturalização é ato discricionário do Poder Executivo Federal, podendo ser revisto pelo Ministério da Justiça.
- c) Não deverá ser conhecido, vez que o mandado de segurança deveria ter sido interposto diretamente no STF, em se tratando de ato coator emanado de Ministro de Estado.
- d) Acarretará a suspensão temporária dos direitos políticos de Marcolino, caso seja julgado improcedente e o cancelamento da naturalização venha a ser confirmada pela Suprema Corte.
- e) Não deverá ser conhecido, vez que contra decisão denegatória proferida pelo STJ, em sede de mandado de segurança, não cabe recurso.

33. O Presidente da República, visando conferir maior transparência e eficiência à sua gestão, solicitou a seus Ministros que, por meio de ato próprio e após regular processo administrativo, procedessem à demissão de servidores alocados nos respectivos órgãos e, na sequência, à extinção dos cargos correspondentes. Pode-se afirmar, em relação à situação anteriormente descrita, que:

- a) Apenas a extinção dos cargos, desde que vagos, poderia ter sido delegada aos Ministros de Estado.
- b) Os atos mencionados exigem a aprovação do Poder Legislativo, por meio de lei, para que possam efetivar-se.
- c) Não há impedimento à execução, por parte dos Ministros de Estado, tanto dos atos de demissão quanto de extinção dos cargos anteriormente ocupados.
- d) Tais matérias são de responsabilidade exclusiva do Presidente da República, que deveria executá-los por meio de decreto autônomo, os quais não são passíveis de delegação.
- e) A possibilidade de delegação da atribuição de prover cargos públicos não se estende ao ato de desprovê-los, tarefa a ser desempenhada com exclusividade pelo chefe do Poder Executivo.

34. Foi criada uma CPI, por iniciativa de um terço dos deputados da Assembleia Legislativa de determinado estado da Federação Brasileira, visando investigar possíveis atos de corrupção que pudessem vir a ocorrer, relacionados à gestão do governador recém-empossado no cargo. O ato de criação da Comissão previa, entre outras medidas, a possibilidade de quebra de sigilo bancário e convocação dos chefes dos Poderes Executivos tanto do próprio Estado quanto dos municípios inseridos em seu território. É possível afirmar que a instituição do órgão legislativo em questão:

- a) Afronta o texto constitucional, ao prever como objeto fato incerto, bem como a convocação do governador e de agentes políticos estranhos à estrutura do ente estadual.
- b) Não poderia ter sido feita, já que não foi respeitado o quórum mínimo de dois terços dos membros da Casa para sua criação.

c) Afronta o texto constitucional, ao indicar a possibilidade de quebra do sigilo bancário dos investigados sem prévia autorização judicial.

d) Deu-se em harmonia ao que determina a CF/88, já que a criação das CPIs, órgãos que dispõem de poderes próprios das autoridades judiciais, deve privilegiar a representatividade das minorias.

e) É parcialmente válida, já que, embora não haja autorização para a convocação dos prefeitos, não há impedimento para que o mesmo seja feito em relação ao governador.

35. Suponha que o Estado Beta tenha publicado o Código Comercial Estadual, na forma de lei complementar, estabelecendo diversas regras sobre direito comercial aplicáveis às relações travadas no âmbito do respectivo ente. Com base no que estabelece a atual Constituição, é correto afirmar que:

- a) O Estado jamais poderia editar lei versando sobre o tema.
- b) A lei em comento deverá estar adequada à diretrizes fixadas pela lei federal de normas gerais.
- c) Trata-se de matéria inserida no rol de competências comuns, em que cada ente elabora regras relativas à sua própria realidade.
- d) Seria necessário obter autorização da União, por meio de lei complementar federal, para que o estado pudesse exercer tal atribuição.
- e) A lei deve ser declarada inconstitucional, já que a matéria deve ser disciplinada por meio de lei ordinária, e não complementar.

36. Foi publicado edital de concurso público para provimento de cargos de Técnico Administrativo pertencentes ao quadro de servidores de determinado Tribunal de Justiça. No documento publicado no Diário Oficial, constava a restrição à participação de estrangeiros e maiores de 40 anos no certame, bem como a exigência de submissão dos candidatos a exame psicotécnico. Levando em consideração as disposições constitucionais, bem como a construção doutrinária e jurisprudencial em torno do assunto, identifique a assertiva correta:

- a) É inconstitucional a vedação à participação de estrangeiros no certame, visto que a norma constitucional que garante o acesso aos cargos públicos a qualquer pessoa é de eficácia plena.
- b) As normas editalícias são válidas, desde que tais exigências também estejam previstas em lei, já que tais direitos constituem normas constitucionais de eficácia contida.
- c) Caso o direito à participação em concursos públicos por estrangeiro não esteja disciplinado em lei, a restrição correspondente, imposta pelo edital, será válida.
- d) Apenas a restrição de idade poderia ter sido estabelecida exclusivamente por meio de edital, já que tal exigência leva em conta requisitos específicos de cada cargo.
- e) O exame psicotécnico não poderia estar previsto como etapa necessária para habilitação no cargo, por expressa vedação constitucional.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

37. A Lei do Mandado de Segurança, Lei nº 12.016/2009, estabelece que conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. Sobre o referido remédio constitucional, pode-se afirmar que:
- a) Representantes ou órgãos de partidos políticos não são equiparados a autoridades pois participantes de pessoas jurídicas de direito privado.
 - b) O mandado de segurança é regido pelo Princípio da Subsidiariedade pois só é cabível quando o direito ameaçado ou violado não for amparado por outros remédios constitucionais.
 - c) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, o mandado de segurança deverá ser requerido em litisconsórcio.

- d) Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas por qualquer ente político da Federação.
- e) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança, desde que autorizada expressamente pelas demais.

38. Com base na Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009), assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- b) O juiz, em respeito à formalidade exigida quando da prática dos atos processuais, não poderá notificar a autoridade coatora por telegrama ou radiograma.
- c) Caso a petição do mandado de segurança seja apresentada por telegrama, dispensa-se a apresentação do texto original pois já atingida sua finalidade.
- d) A petição inicial, apresentada em duas vias com os documentos que instruírem a primeira reproduzidos na segunda, indicará a autoridade coatora ou a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.
- e) A autoridade coatora é exclusivamente aquela que tenha praticado o ato impugnado.

39. Sobre a ação popular, com base no disposto pela Lei nº 4.717/65, assinale a alternativa correta:

- a) Consideram-se patrimônio público os bens e direitos de valor econômico apenas.
- b) Não será possível ajuizar ação popular em se tratando de instituições ou fundações, para cuja criação ou custeio o tesouro público concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, bem como de pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas.
- c) A ação popular poderá ser proposta por qualquer cidadão e, para a prova da cidadania, a lei permite a simples declaração do autor.

- d) Em razão da relevância dos bens jurídicos protegidos e do interesse dos cidadãos em acompanhar o trâmite processual, a ação popular não poderá correr em segredo de justiça.
- e) Em alguns casos, poderá ser negada certidão ou informação que deva instruir a inicial da ação popular.

40. Sobre as despesas e os honorários advocatícios, assinale a alternativa correta:

- a) Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão divididos entre as partes.
- b) Sendo parcial a desistência, a renúncia ou o reconhecimento do pedido, caso as despesas e honorários sejam irrisórios, dispensa-se o pagamento pelas partes.
- c) Havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão divididas igualmente.
- d) Se a transação ocorrer antes da sentença, as partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais.
- e) Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão dispensados.

41. O Código de Processo Civil assegura certos direitos ao advogado. Sobre o tema e o tratamento dado, assinale a alternativa correta:

- a) O advogado tem direito a examinar, em cartório de fórum e secretaria de tribunal, desde que devidamente habilitado, autos de qualquer processo, independentemente da fase de tramitação, assegurados a obtenção de cópias e o registro de anotações.
- b) É direito do advogado requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo, pelo prazo de 5 (cinco) dias.
- c) O advogado tem direito de retirar os autos do cartório ou da secretaria, pelo prazo legal, sempre que neles lhe couber falar por determinação do juiz,

nos casos previstos em lei, sendo dispensada qualquer formalidade para tanto.

- d) Sendo o prazo comum às partes, os procuradores poderão retirar os autos somente em conjunto ou mediante prévio ajuste, por petição nos autos, inclusive para a obtenção de cópias.
- e) Não há qualquer sanção ao procurador que não devolver os autos tempestivamente.

42. O Código de Processo Civil permite a fixação de calendário para a prática de atos processuais. Assinale a alternativa correta sobre o tema:

- a) O calendário processual poderá ser fixado exclusivamente pelas partes.
- b) Compete ao juiz, exclusivamente, elaborar e fixar o calendário processual.
- c) O calendário processual vinculará exclusivamente as partes.
- d) O calendário processual vinculará as partes e o juiz, e os prazos nele previstos poderão ser modificados livremente de comum acordo.
- e) Caso a realização de uma audiência tenha sido devidamente designada no calendário, a intimação das partes está dispensada.

43. O Código de Processo Civil estabelece que a coisa julgada material é a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) Em regra, os motivos não fazem coisa julgada, salvo quando importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- b) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- c) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.
- d) Em nenhuma hipótese o juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide.
- e) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada e poderá prejudicar terceiros.

44. O Código de Processo Civil disciplina o cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) O cumprimento provisório da sentença será realizado de modo distinto que o cumprimento definitivo.
- b) Trata-se de hipótese de responsabilidade do exequente que se obriga, caso a sentença seja reformada, a reparar os danos que o executado tenha sofrido.
- c) O cumprimento provisório independe dos efeitos do recurso interposto.
- d) Não há qualquer defesa possível ao executado quando do cumprimento provisório da sentença.
- e) Caso o executado compareça tempestivamente e deposite o valor, com a finalidade de isentar-se da multa, seu ato será havido como incompatível com o recurso por ele interposto.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

45. De acordo com as disposições preliminares do Código de Processo Penal, a lei processual penal brasileira aplicar-se-á

- a) nos crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente da República.
- b) a todos brasileiros residentes do exterior, independentemente de tratado ou convenção.
- c) aos processos de competência da Justiça Militar.
- d) nos crimes de responsabilidade praticados pelos Ministros dos Estados nos crimes conexos com os do Presidente da República.
- e) a todas as ações penais e correlatas que tiverem curso no território nacional.

46. A instauração do inquérito policial nos crimes de ação penal pública incondicionada:

- a) pode ser feita de ofício pela autoridade policial.
- b) não pode ser feita através de comunicação de qualquer do povo.

c) pode ser feita mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, mas não a requerimento do ofendido.

d) pode ser feita através da representação do ofendido ou de seu representante legal.

e) somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

47. Analise as assertivas:

I. A representação será retratável antes de oferecida a denúncia.

II. O perdão é ato unilateral e não depende de aceitação.

III. O direito de queixa é irrenunciável.

IV- Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que saber quem é o autor do crime e não do dia que o crime consumou.

Está correto o que consta SOMENTE em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III e IV.

48. A respeito do acusado e de seu defensor, é correto afirmar que o

a) acusado, ainda que seja revel, não pode constituir advogado da sua confiança para atuar no processo.

b) se o acusado for advogado e estiver foragido, poderá ser processado e julgado sem defensor.

c) a constituição do defensor só poderá ser feita por instrumento de mandato, ainda que o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.

d) não poderá funcionar como defensor o parente do juiz, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.

e) acusado deverá ser defendido por advogado, ainda que tenha habilitação e deseje atuar em causa própria.

49. No processo ordinário, depois da resposta do réu, o juiz o absolverá sumariamente se presente um dos motivos para o julgamento antecipado, nos quais NÃO se inclui:

- a) causa extintiva da punibilidade do agente.
- b) falta justa causa para o exercício da ação penal.
- c) a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimizabilidade.
- d) o fato narrado evidentemente não constitui crime.
- e) a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.

50. Nos Juizados Especiais Criminais (rito sumaríssimo)

- a) uma vez homologada, a transação não acarretará reincidência, mas formará título passível de execução no juízo cível.
- b) a composição dos danos civis, uma vez homologada judicialmente, formará título a ser executado no próprio juízo criminal.
- c) se houver representação ou tratando-se de ação penal pública incondicionada, não pedido o arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou de multa, a ser especificada na proposta.
- d) a suspensão condicional do processo poderá ser proposta em relação aos crimes em que a pena mínima cominada for inferior a um ano, atendidos outros requisitos.
- e) Compete ao Juizado Especial Criminal processar e julgar os as infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima superior a 2 anos.

51. Em relação ao procedimento do júri, é correto afirmar que o desaforamento

- a) poderá ser requerido pelo querelante, mas não pelo assistente de acusação.
- b) o desaforamento não poderá ser determinado em razão do excesso de serviço.
- c) o desaforamento poderá ser determinado quando houver dúvida sobre a segurança pessoal do acusado.

d) não poderá ser determinado em razão da existência de interesse de ordem pública.

e) o desaforamento não poderá ser determinado em razão do excesso de serviço. Salvo se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 12 (doze) meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

52. Se a prisão em flagrante feita por agente policial não contar com testemunhas da infração, apresentado o preso à Autoridade Policial esta

- a) fará diligências no local dos fatos em busca de testemunhas da infração, antes de lavrar o auto de prisão em flagrante.
- b) não lavrará o auto de prisão em flagrante por falta de testemunhas.
- c) lavrará o auto de prisão em flagrante que será assinado apenas pela própria autoridade, pelo autuado e pelo condutor.
- d) lavrará o auto de prisão em flagrante ouvindo o condutor e colherá as assinaturas de duas pessoas que tenham testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- e) convocará parentes do preso para assinar o auto juntamente com ele.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. De acordo com a Consolidação Normativa, não compete aos Núcleos de Distribuição, Autuação e Citação dos Juizados Especiais Cíveis – NADAC:

- a) distribuir as petições iniciais, dirigidas aos Juizados Especiais Cíveis, examinando a observância do disposto no inciso I do artigo anterior, sendo a audiência de conciliação designada automaticamente
- b) expedir a citação remetendo-a via postal, com Comprovante de Entrega ou Aviso de Recebimento (AR), conforme o caso, acompanhada de cópia da petição inicial
- c) distribuir as cartas precatórias recebidas
- d) proceder a sua autuação

e) reduzir a termo o pedido inicial formulado pela parte desassistida de advogado

54. Paulo Atreios atuava nos juizados especiais e estava com dúvidas sobre a manutenção das fitas magnéticas de registro de audiências.

Sobre isso, considere

I - Utilizada gravação em fita magnética ou equivalente, para registro das audiências, competirá ao Chefe de Serventia identificar e manter em local seguro as fitas, até trânsito em julgado da sentença definitiva dos autos respectivos, quando a fita poderá ser reutilizada.

II - Havendo recurso no processo em que se tenha utilizado meios magnéticos ou equivalentes, o Chefe de Serventia providenciará a transcrição do inteiro teor da fita, que deverá ser mantida intacta até o trânsito em julgado de decisão definitiva.

III - Não sendo utilizados meios eletrônicos para gravação das audiências, as assentadas e termos dos processos serão lavrados e juntados aos autos, quando estes não forem eletrônicos.

- a) Apenas I está correto
- b) Apenas II está correto
- c) Apenas III está correto
- d) Nenhum está correto
- e) Estão corretos os itens I, II e III

55. Bilbo Bolseiro precisava expedir um documento sobre a existência de uma situação ou de um fato em que ele havia constatado. Bilbo deverá expedir um(a)

- a) Declaração
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Memorando
- e) Atestado

56. Waldisney é juiz auxiliar da corregedoria e precisa expor manifestação técnica ou jurídica sobre matéria versada em processo administrativo.

Qual instrumento que o Waldisney vai utilizar?

- a) parecer
- b) manual
- c) declaração
- d) atestado
- e) certidão

57. Coronavilson está passando por problemas sociais e o seu juiz resolveu fazer a inspeção anual na sua unidade judiciária. Qual o nome dessa inspeção?

- a) Correição-Geral Ordinária
- b) Correição-Geral Extraordinária
- c) Correição Ordinária
- d) Correição Extraordinária
- e) Visita Correicional

58. Alquingel está atuando determinado processo de Testamento. Nesse caso, a cor da capa utilizada deverá ser

- a) Cinza
- b) Rosa
- c) Verde
- d) Amarelo
- e) Palha

59. Darti Veiderson da Silva está atuando determinado livro. Nesse caso,

- a) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 300 folhas, ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, sendo, então, permitida a utilização de folhas necessárias à lavratura desse ato
- b) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 300 folhas, ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, sendo, então, permitida a utilização de folhas necessárias à lavratura desse ato, desde que assim o autorize o magistrado.

- c) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 200 folhas, ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, sendo, então, permitida a utilização de folhas necessárias à lavratura desse ato, desde que assim o autorize o Chefe da Serventia
- d) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 200 folhas, ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, sendo, então, permitida a utilização de folhas necessárias à lavratura desse ato, desde que assim o autorize o Corregedor-Geral.
- e) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 500 folhas, ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, sendo, então, permitida a utilização de folhas necessárias à lavratura desse ato, desde que assim o autorize o magistrado.

60. Sandei Júnior está atuando autos do processo 1234.56-2020 e está com dúvidas quanto ao número de folhas em cada volume. Nesse caso,

- a) Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Juiz decidirá, os autos não excederão duzentas folhas em cada volume.
- b) Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Chefe de Serventia decidirá, os autos não excederão duzentas folhas em cada volume.
- c) Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Juiz decidirá, os autos não excederão trezentas folhas em cada volume.
- d) Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Chefe de Serventia decidirá, os autos não excederão trezentas folhas em cada volume.
- e) Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Corregedor-Geral decidirá, os autos não excederão trezentos e cinquenta folhas em cada volume.

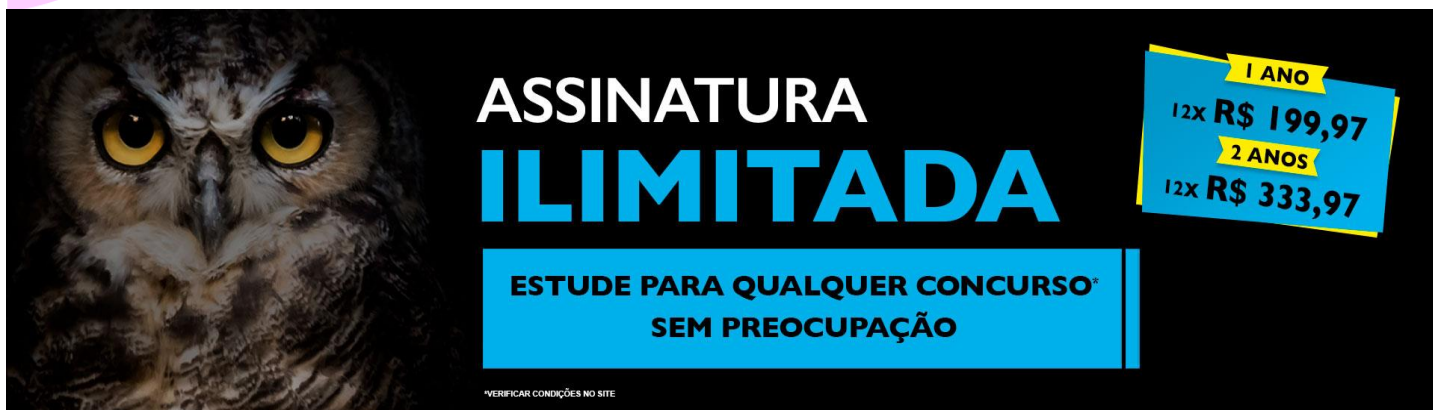
Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/simulado-TJ-RJ-Técnico-26-04>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

Concursos



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE